



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2509234869M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Secretaria de Educação do Distrito Federal
SEDF

CARGO:

Professor – Conhecimentos Básicos e
Complementares Comuns para Todos os Cargos

MODELO/BANCA:

QUADRIX

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

9/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

9/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa e Redação Oficial

Lucas Lemos

Três em cada quatro brasileiros se consideram católicos. Pelas contas do Censo 2000, para uma população total em torno de 170 milhões de habitantes, o Brasil entra no século XXI aproximadamente com 125 milhões de católicos declarados, praticamente três quartos da população residente total.

Quer dizer que, no início do terceiro milênio, ainda é possível a esse país, o maior e mais populoso da “América católica”, continuar ostentando com fundamento em dados estatísticos cientificamente controlados e religiosamente isentos sua histórica posição de nação com hegemonia católica, que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”. Tradicionalmente autoaplicado por seus habitantes em conotações que, a bem da verdade, sofrem polarizações e inflexões de toda espécie e grau, que vão do contentamento envaidecido sem ressalvas ao lamento aborrecido sem reservas, a plausibilidade desse superlativo identitário pode estar com os dias contados.

Não obstante a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil, não é mais possível, nos dias que correm, desconhecer que a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório. Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias. Esse lento vir a ser, ao mesmo tempo matemático e falastrão, vai pouco a pouco desfigurando nosso velho semblante cultural com a introdução gradual, mas nem por isso menos corrosiva, de estranhamentos e distâncias, descontinuidades e respiros no batido ramerrão do imaginário religioso nacional. Com efeito, hoje se assiste em nosso país a um vigoroso movimento de transição demográfico-religiosa que já assumiu a forma de progressiva migração de contingentes católicos para outras religiões. Ou mesmo para nenhuma.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Religiões no Brasil. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança. Companhia das Letras, 2011, p. 472-473 (com adaptações)

Considerando os aspectos semânticos e linguísticos, julgue os itens seguintes.

- 1 O texto se classifica predominantemente como descritivo, com o objetivo de caracterizar os brasileiros católicos.

- 2 O autor sustenta que, embora os dados do Censo 2000 indiquem maioria católica, há um processo de transição demográfico-religiosa que pode minar a plausibilidade do título de “maior país católico do mundo”
- 3 A substituição da locução conjuntiva “uma vez que” (terceiro período do terceiro parágrafo) por **conquanto** mantém a correção gramatical e a ideia original do texto.
- 4 Em “não é mais possível, nos dias que correm, desconhecer que a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório.”, as vírgulas ocorrem para indicar a inserção da expressão de natureza adverbial.
- 5 No primeiro período do segundo parágrafo, a expressão “o desgastado título” exerce a função sintática de complemento direto da forma verbal “valeu”.
- 6 O vocábulo “se” em “Três em cada quatro brasileiros se consideram católicos” tem a função de transformar a oração em voz passiva.
- 7 No trecho “a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório”, há uma oração subordinada com natureza restritiva.

Conhecimentos acerca do Distrito Federal Otoniel Linhares

No que se refere à realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens a seguir.

- 8 A data de 19 de agosto de 1859, que marca o aniversário de Planaltina, celebra a criação do “Patrimônio de São Sebastião”, um evento de fé que, assim como o surgimento de Formosa e Luziânia, está diretamente associado ao ciclo do ouro do século XVIII.
- 9 De acordo com os dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022, o crescimento populacional do Distrito Federal foi proporcionalmente superior ao observado no conjunto de municípios que compõem a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB), refletindo uma tendência de concentração demográfica na capital federal em detrimento do seu entorno imediato.
- 10 A economia do Distrito Federal, embora diversificada, tem como principal pilar o setor industrial, que detém a maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) local e emprega a maior parte da população economicamente ativa.

Legislação – Tópico 1**Ricardo Blanco**

- 11** O ensino será ministrado com base na valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.

Legislação – Tópico 3**Carlinhos Costa**

- 12** A LDB prevê que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e deve ser oferecida em creches ou pré-escolas, sendo obrigatória para crianças de zero a cinco anos de idade.
- 13** Conforme as disposições da Lei Federal n. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), a educação básica, dividida em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, tem como uma de suas finalidades a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho e o prosseguimento de estudos.

Legislação – Tópico 4**Adriane Sousa**

- 14** Considere a seguinte situação hipotética, Carla, mãe de Bruno, deixou de vacinar seu filho de 5 anos de idade, por acreditar que a vacina pode ocasionar autismo. Nos termos da Lei n. 8.069/1990, somente o juiz é parte legítima para aplicar a medida de advertência à referida genitora, por se tratar de medida punitiva.
- 15** O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial. Esse processo será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

Legislação – Tópico 5**Marco Soares**

- 16** Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal constitui um dos objetivos prioritários do referido ente federativo dar prioridade ao atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, alimentação, saneamento básico, lazer e assistência social.

- 17** À luz da Lei Orgânica do Distrito Federal, a criação ou extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Federais.

Legislação – Tópico 6**Carlinhos Costa**

- 18** Conforme a Resolução n. 02/2023, o sistema de ensino do Distrito Federal é integrado por instituições educacionais públicas e privadas de Educação Básica e de Educação Superior, por órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal e, podem ser colaboradoras organizações não governamentais com mais de um ano de efetivo trabalho no campo de atuação.

Legislação – Tópico 7**Jacque Jereissati Galuban**

- 19** No II PDPM, o Eixo 7 – Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia tem como objetivo geral ampliar e promover a participação das mulheres em atividades culturais, esportivas, de lazer, comunicação e mídia, observando as dimensões de raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, local de moradia, trabalho, classe social, deficiência e geracional. Entre suas metas, inclui-se a elaboração de um plano de comunicação e mídia voltado para as políticas de gênero, além da divulgação periódica dos dados do Observatório da Mulher.

Legislação – Tópicos 9, 10 e 11**William Dornela**

- 20** Os planos de educação, tanto em nível nacional quanto distrital, são instrumentos de planejamento estratégico que visam orientar políticas públicas educacionais a médio e longo prazo. Eles envolvem metas, prazos e a destinação de recursos, além de garantirem a continuidade das ações educacionais independentemente das mudanças de governo. Tendo como base o Plano Nacional de Educação e o Plano Distrital de Educação, julgue o item: O Plano Nacional de Educação (PNE) tem como objetivo promover a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis e modalidades, configurando-se como um plano estratégico de longo prazo, com metas vinculadas a recursos e que ultrapassa mandatos governamentais. Já o Plano Distrital de Educação (PDE) é o instrumento de planejamento e gestão do sistema de ensino do Distrito Federal, elaborado com participação social e voltado à execução pelos gestores educacionais.

- 21** As competências gerais da BNCC têm caráter integrador e orientam a Educação Básica para a formação integral dos estudantes. Sobre a BNCC, julgue o item a seguir:
Entre os elementos que compõem a definição de competência na BNCC estão a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, a fim de preparar os alunos para lidar com situações da vida cotidiana, da cidadania e do mundo do trabalho.

Temas Educacionais e Pedagógicos – Tópicos 1, 13, 14 e 21

Leandro Gabriel

- 22** O planejamento e a organização do trabalho pedagógico são processos que se concretizam em diferentes níveis de abrangência, como o plano da escola, o plano de ensino e o plano de aula. A elaboração desses planos exige a articulação entre as finalidades educativas, a seleção de conteúdos, a escolha de metodologias e a definição de instrumentos avaliativos, sempre com a flexibilidade necessária para considerar a realidade e as necessidades dos alunos.
- 23** Para a teoria da Gestalt, a aprendizagem é mais eficaz quando o conteúdo é apresentado e organizado em partes separadas, e não a partir da sua totalidade.

Temas Educacionais e Pedagógicos – 1.1, 1.1.1, 1.2, 1.2.1, 1.3, 1.3.1, 2, 6, 10, 16, 16.1, 17, 19.1, 19 e 19.2

William Dornela

- 24** A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da educação básica destinada a pessoas que não tiveram acesso à escola na idade regular, para que possam concluir o Ensino Fundamental e Médio. Sobre a modalidade da EJA, julgue o item a seguir:
O principal objetivo é promover a integração social, democratizar o acesso ao conhecimento e à formação, além de ampliar as oportunidades no mundo do trabalho, considerando as particularidades e experiências de vida dos alunos. Promove a educação ao longo da vida, reconhecendo a importância do aprendizado em diferentes fases da vida. É destinada exclusivamente a jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental na idade própria.
- 25** No processo de ensino, os componentes — objetivos, conteúdos, métodos, estratégias e meios — devem dialogar com abordagens que superem a fragmentação do saber, integrando diferentes áreas do conhecimento. Sobre os componentes do Processo de ensino e a interdisciplinaridade, julgue o item a seguir:
A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade contribuem para que os objetivos e conteúdos do ensino não sejam trabalhados de forma isolada, mas em articulação entre áreas, favorecendo aprendizagens significativas e contextualizadas.

Legislação – Tópicos 4 e 15 **Carlinhos Costa**

- 26** A concepção de educação integral não deve ser resumida à ampliação da jornada escolar. Sua concepção vai além. Diz respeito ao desenvolvimento do estudante em todas as suas dimensões (intelectual, física, social, emocional e cultural), de forma integrada e contextualizada, visando à formação de um cidadão pleno.
- 27** O compromisso social e ético do professor é uma exigência restrita ao ambiente da sala de aula e ao desempenho de suas funções docentes, não se estendendo à sua participação na gestão democrática da escola ou no debate de questões sociais e políticas mais amplas da comunidade.

Temas Educacionais e Pedagógicos – Tópicos 7, 8, 9, 11 e 12 **Michael Henrique**

- 28** Considera-se educação ambiental a educação escolar desenvolvida nos currículos das instituições públicas de ensino, excluindo as instituições privadas, que se regem por seus próprios projetos pedagógicos.
- 29** Entre os defensores da Escola Nova no Brasil, tem-se o teórico Paulo Freire, cuja abordagem libertadora reforçou os princípios da escola ativa.

Temas Educacionais e Pedagógicos – Tópico 19.2.1 **Adriana Salgado**

- 30** Com relação à comunidade escolar e ao contexto institucional e sociocultural da escola, julgue o seguinte item.
Na perspectiva construtivista, a função social da escola pública vai além da mera transmissão de conteúdos: envolve a formação de cidadãos críticos, éticos e participativos, capazes de interpretar e transformar a realidade em que vivem. Nessa concepção, o conhecimento escolar torna-se significativo quando a instituição de ensino consegue articular o saber sistematizado, historicamente construído como patrimônio cultural da humanidade, com os conhecimentos prévios que os alunos trazem de suas experiências sociais, familiares e comunitárias, valorizando assim o contexto sociocultural dos estudantes e promovendo a inclusão das classes desfavorecidas no processo de aprendizagem.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Educação Inclusiva – Tópicos 1, 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.7, 2.3, 3.1, 3.2, 3.3, 4.3, 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3 e 4.3.4

Carlinhos Costa

- 31** Conforme a Resolução n. 4/2009, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem a função de complementar ou suplementar a formação do aluno, por meio da disponibilização de serviços e recursos que eliminem as barreiras para sua plena participação, sendo oferecido prioritariamente no turno inverso ao da escolarização regular.
- 32** Para fins das Diretrizes Operacionais para o AEE, a Resolução n. 4/2009 define como público-alvo os alunos com deficiência, os alunos com transtornos globais do desenvolvimento e os alunos com altas habilidades/superdotação.
- 33** O Plano de Atendimento Educacional Especializado, documento fundamental do AEE, é elaborado e executado pelo professor especialista, em articulação com os demais professores do ensino regular, e tem como objetivo principal definir os recursos e estratégias que serão utilizados para eliminar as barreiras de acesso e participação do estudante no currículo escolar.
- 34** As adequações curriculares na perspectiva da educação inclusiva adotada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal consistem em um currículo paralelo e simplificado, criado para atender exclusivamente às necessidades de estudantes com deficiência, garantindo-lhes um percurso de estudos adaptado em relação aos demais alunos da classe regular.
- 35** Conforme o disposto na Lei n. 12.764/2012, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerada, para todos os efeitos legais, pessoa com deficiência, o que lhe garante os mesmos direitos e benefícios previstos na legislação brasileira.
- 36** A Lei n. 12.764/2012 assegura o diagnóstico e o tratamento precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluindo a oferta de serviços como terapia ocupacional, fonoaudiologia e fisioterapia, mas não estabelece a necessidade de atenção integral à saúde da pessoa autista no Sistema Único de Saúde (SUS).

- 37** Segundo a Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a educação constitui um direito da pessoa com deficiência, sendo obrigatória a sua matrícula em classes regulares de ensino. No entanto, a lei permite que as instituições de ensino privadas cobrem valores adicionais nas mensalidades para custear o atendimento educacional especializado.

Educação Inclusiva – Tópicos 1.6, 2.1, 3.6, 3.10, 3.11, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.8 e 5.9

William Dornelas

- 38** Tendo como base o parecer CNE/CEB n. 50/2023 que trata de Orientações específicas para o público da educação especial: Atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, julgue o item a seguir:
O Parecer CNE/CP n. 50/2023 reforça a educação inclusiva de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com foco em acesso, permanência e aprendizagem. Entre suas diretrizes, estão a promoção da formação docente, a adequação pedagógica, a participação familiar e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à equidade educacional.
- 39** Tendo como base o Currículo em Movimento da SEDF que trata da Educação Especial, julgue o item a seguir:
As adequações curriculares consistem em um conjunto de modificações no planejamento, nos objetivos, nas atividades e nas formas de avaliação, aplicáveis ao currículo como um todo ou a aspectos específicos, visando atender estudantes com necessidades especiais.
- 40** Sobre o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem na educação especial e inclusiva, julgue o item a seguir:
Na educação especial e inclusiva, o papel do professor é meramente transmitir conteúdos previamente definidos, cabendo exclusivamente aos alunos com necessidades especiais a adaptação de seu próprio aprendizado, sem necessidade de modificações no planejamento, métodos ou estratégias.
- 41** Com relação à Lei Distrital n. 6.367/2019, que dispõe sobre a inclusão do ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha como conteúdo transversal do currículo nas escolas públicas do Distrito Federal, julgue o item a seguir:
A Lei n. 6.367/2019, ao tratar da violência contra a mulher nas comunidades escolares, tem como objetivos apenas promover igualdade de gênero e fomentar reflexão crítica, sem prever ações relacionadas ao conhecimento da Lei Maria da Penha ou ao registro de denúncias e adoção de medidas protetivas.

42 Com relação à Lei Distrital n. 4.374/2009, julgue o item a seguir:
O Dia de Combate à LGBTfobia, instituído no Distrito Federal para ser comemorado anualmente em 17 de maio, não precisa constar no calendário oficial de eventos do DF, sendo apenas uma data simbólica sem obrigatoriedade de registro institucional.

43 Acerca da Lei Distrital n. 5.816/2017 que trata sobre a priorização da recepção de crianças indígenas na rede pública e ensino e nas creches do DF, julgue o item a seguir:
A Lei n. 5.816/2017 estabelece que crianças indígenas devem ter prioridade no atendimento em creches e demais instituições de ensino da rede pública, cabendo ao Poder Público garantir sua permanência na educação infantil, ensino fundamental e médio, mediante apresentação do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) e outros documentos exigidos pela Secretaria de Educação.

44 A Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012, estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, definindo a educação em direitos humanos como um eixo fundamental do direito à educação, pautada em práticas educativas que promovam, protejam e apliquem os direitos humanos na vida cotidiana. Sobre a resolução apresentada, julgue o item a seguir:
Segundo a Resolução n. 1/2012, a Educação em Direitos Humanos se restringe à transmissão de conteúdos teóricos sobre os direitos humanos, sem considerar sua aplicação prática na vida cotidiana ou a responsabilidade individual e coletiva dos sujeitos de direito.

Educação Inclusiva – Tópicos 2.2 e 5.7

Leandro Gabriel

45 A Orientação Pedagógica da Educação Especial do DF está alinhada à perspectiva da educação inclusiva, buscando garantir o acesso, a permanência e a participação plena dos estudantes público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular.

46 O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no DF tem como objetivo substituir a escolarização do estudante com deficiência, oferecendo um currículo separado e distinto do ensino regular.

47 A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) tem como objetivo exclusivo a educação da população quilombola, não abrangendo a superação das desigualdades étnico-raciais em um contexto mais amplo.

48 Um dos compromissos da PNEERQ é assegurar a implementação do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que trata do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Educação Inclusiva – Tópicos 3.4, 3.5 e 3.7

Leonardo Bezerra

49 Quando as dificuldades de aprendizagem persistem por tempo considerável e em diferentes áreas, sem motivo aparente, acompanhando o histórico do estudante, é provável que se trate de um transtorno de aprendizagem de base neurológica, devendo o professor intensificar a observação e acionar a rede de apoio especializada.

50 A adequação curricular é um direito apenas de estudantes com necessidades permanentes e, por ser documento técnico, deve ser elaborada exclusivamente pelo professor do AEE; ao professor regente cabe só executar, avaliando o aluno pelos mesmos critérios da turma para manter a equidade.

51 No manejo pedagógico da dislexia, compõem intervenções descritas na literatura atividades de rima, segmentação e inversão fonêmica, bem como leitura de palavras/textos e memorização de morfemas; já na discalculia, recomenda-se aproximar a aprendizagem de números de materiais concretos do cotidiano, com tarefas práticas.

52 No estudo de caso, o professor deve seguir fielmente o Plano de Desenvolvimento Individual do ano anterior para evitar “quebras” metodológicas; reavaliações ao longo do processo confundem a equipe (monitoria) e devem ser evitadas.

Educação Inclusiva – Tópicos 3.8, 4, 4.1, 4.2 e 4.2.2

Loyane Guedes

53 De acordo com a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a pessoa com transtorno do espectro autista é caracterizada com deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento.

54 De acordo com as orientações do CNE/CP n. 50, de 5 de dezembro de 2023 sobre o papel do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), cabe a esse profissional identificar as especificidades educacionais de cada estudante de forma articulada com a sala de aula comum, utilizando avaliação pedagógica processual para definir, avaliar e organizar estratégias pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento do estudante junto com seus colegas. Além disso, a interlocução entre os professores do AEE e da sala de aula regular é fundamental nesse processo.

- 55** De acordo com o CNE/CP n. 50, de 5 de dezembro de 2023, o processo de formação de turmas é um momento fundamental na gestão educacional, demandando atenção especial dos sistemas de ensino, pois constitui o primeiro passo para garantir um ambiente favorável ao desenvolvimento de estudantes com e sem deficiência. No entanto, atualmente não existe uma legislação nacional que padronize o número de alunos por turma em todas as escolas públicas e privadas do Brasil. Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, conforme a normatização da Resolução CEF n. 3/2023, estabelece que as turmas inclusivas devem considerar de 1 a 3 estudantes com deficiência e/ou com Transtorno do Espectro Autista por turma.
- 56** Conforme os documentos orientadores da SEEDF, como a Estratégia de Matrícula 2025 e o Caderno de Orientação Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Classe Especial possui caráter temporário e transitório, com duração máxima de até 2 anos. Essa modalidade é destinada exclusivamente a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) sem serialização, com modulação específica. Para a enturmação dos estudantes na Classe Especial, a diferença de idade entre eles deve ser de, no máximo, 4 anos, respeitando o ciclo escolar correspondente. Durante o período de permanência na Classe Especial, é obrigatório que o estudante participe de atividades conjuntas (vivências) com os demais estudantes das classes comuns, promovendo a inclusão e a convivência compartilhada.
- 57** Para que um estudante seja matriculado no 3º segmento da EJA Interventiva, é necessário que ele tenha, no mínimo, 16 anos de idade no momento da matrícula, apresente TGD/TEA ou Deficiência Intelectual, e ainda não tenha obtido avanços pedagógicos nas Classes Comuns Inclusivas, mesmo com adequações.

Educação Inclusiva – Tópicos 3.9, 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3, 4.1.4, 4.1.5 e 4.2.2

Lívia Oliveira

- 58** O Formulário do Estudo de Caso constitui um registro de cunho burocrático, destinado ao cumprimento de exigências legais, não possuindo relação com a prática, desta forma não pode ser compreendido como um instrumento pedagógico que consubstancia o planejamento escolar ou a orientação das intervenções dispendidas aos estudantes.
- 59** De acordo com a CID-11 (código 6A00), os Transtornos do Desenvolvimento Intelectual têm origem no período do desenvolvimento e se caracterizam por funcionamento intelectual e comportamento adaptativo significativamente abaixo da média, aferidos por testes padronizados, normatizados e aplicados individualmente; na ausência de tais testes, o diagnóstico depende de julgamento clínico com base em indicadores comportamentais comparáveis.

- 60** A identificação de AH/SD baseia-se, sobretudo, em atenção curta, necessidade de múltiplas repetições e dificuldade para manter foco em tarefas; leitura por prazer é rara, vocabulário tende a ser mediano, e o interesse por livros técnicos é incomum; a curiosidade costuma ser baixa e o estudante evita formular perguntas; assim, sinais como aprendizagem rápida e memória ampla não são pertinentes ao quadro, devendo a escola priorizar reforço básico antes de considerar enriquecimento curricular.
- 61** No TDI/Deficiência Intelectual, o planejamento inclusivo combina currículo flexível com avaliação contínua e processual. Recomenda-se ensino em pequenos grupos e uso de recursos multissensoriais para apoiar a atenção e a memória de trabalho. A repetição deve ser variada, retomando o mesmo conteúdo em contextos distintos para favorecer a generalização. Feedback imediato e reforço positivo sustentam a motivação e a consolidação de aprendizagens. A articulação com o AEE se dá por meio do Plano de AEE, com registro das intervenções e coplanejamento. Rotina estruturada e desenvolvimento de autonomia social e de autocuidado são metas pedagógicas.
- 62** A adequação curricular é um direito dos estudantes público-alvo da Educação Especial e consiste em modificações nos objetivos, conteúdos, metodologias, atividades e avaliações, assegurando acesso, permanência e sucesso escolar. Essas medidas, respaldadas pela LDB (1996) e pela Resolução CNE/CEB n. 2/2001, devem estar previstas no projeto pedagógico da escola e aplicadas pelos professores, com apoio do AEE.

Educação Inclusiva – Tópico 4.2.1

Rafael Sena

Use o texto como base para responder às três perguntas abaixo.

No caso da inclusão na educação de Jovens e Adultos diz respeito ao contingente populacional que, por diferentes motivos, não teve oportunidade de iniciação escolar ou a esta teve acesso apenas limitado, seja de tempo, seja de conteúdo ou ambos, e que não concluiu o processo de escolarização na idade adequada (KLEIN, 2003).

A legislação vigente, como visto anteriormente, somada às Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (2000) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Educação Profissional Técnica de Nível Médio/ Ensino Médio – PROEJA (2007), tem evidenciado em seu discurso a importância da inclusão de adultos que não tiveram acesso a educação por algum motivo, no processo de escolarização como forma de resgatar o direito à educação, de ampliar as oportunidades educacionais e de exercer plenamente a cidadania.

- 63** A EJA tem como dimensões primordiais a qualificação, a restauração e a equidade como balizadores desse nível.
- 64** São estratégias de inclusão para o público da EJA políticas voltadas para o ingresso no mundo de trabalho sem desvalorizar os conhecimentos prévios adquiridos por esse público.
- 65** A EJA adota em sua metodologia uma avaliação somativa que propõe uma filosofia qualitativa e democrática dos saberes que, em certo modo, propõe a inclusão desses jovens em cenários de seleções importantes em suas vidas.

**Educação Inclusiva – Tópicos 4.2.3,
4.2.4, 4.2.5, 4.2.6 e 4.2.7**
Leonardo Bezerra

- 66** À luz da teoria de Ausubel, a adoção de “materiais significativos” combinada a atividades lúdicas configura condição suficiente para assegurar aprendizagem significativa e, por extensão, ganhos de autonomia e cidadania, ainda que os conhecimentos prévios do estudante não dialoguem com os objetivos do componente curricular e que a situação de ensino desconsidere a relevância sociocultural do tema.
- 67** No planejamento centrado na funcionalidade e na realidade sociocultural dos educandos, as Adaptações Curriculares de Pequeno Porte constituem ajustes sob responsabilidade exclusiva do professor, implementados no decorrer do processo para garantir acesso e participação; já mudanças estruturais e sistêmicas, por sua natureza político-administrativa, caracterizam Adaptações de Grande Porte, de competência das instâncias superiores.
- 68** Considerando a mediação pedagógica em metodologias ativas, recomenda-se preservar a centralidade da voz docente, evitando problematizações e pesquisas em aula — reservadas a momentos extracurriculares —, pois a mediação se realiza de “dentro para fora”, quando o aluno, sem interposições, busca sozinho o objeto de conhecimento.

- 69** Na formação para o trabalho de estudantes público-alvo da educação especial, práticas educativas que integrem educação básica e educação profissional, partindo da realidade do aluno sem absolutizá-la, e incorporem tecnologias assistivas e mediações docentes sistemáticas tendem a favorecer acesso, permanência e desenvolvimento no trabalho, ao mesmo tempo em que impulsionam uma formação humana omnilateral e uma leitura crítica do mundo do trabalho.
- 70** Em redes públicas, a interface com políticas públicas de educação profissional e programas de geração de renda (p. ex., PRONATEC) é dispensável no planejamento pedagógico, pois subordina o currículo a agendas externas; por isso, recomenda-se tratar a inserção produtiva em projetos autônomos, descolados de tais políticas.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO
PROFESSOR TEMPORÁRIO

FOLHA DE RESPOSTAS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70

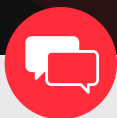


SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!